



REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017
(Do Sr. Jorge Solla)

Solicita a convocação do Excelentíssimo Senhor **Eliseu Padilha, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República**, para falar sobre as diversas denúncias de prática de ilegalidades e crimes graves relatadas em acordo de delação premiada por executivo da empresa ODEBRECHT S.A., no âmbito da chamada “Operação Lava Jato”.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no Art. 50, caput, e 58, § 2º, ambos da Constituição Federal e na forma dos arts. 32, XI, 'b', e 219, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o Plenário desta Comissão, seja feita a convocação do Excelentíssimo Senhor **Eliseu Padilha, Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República**, para falar sobre as diversas denúncias de prática de ilegalidades e crimes graves relatadas em acordo de delação premiada por executivo da empresa ODEBRECHT S.A., no âmbito da chamada “Operação Lava Jato”.

Justificativa

Fato público e notório nos últimos meses, a partir da detenção no âmbito da chamada “Operação Lava Jato”, de proprietários, sócios e executivos das maiores empreiteiras do país, entre outras, a OAS e a Odebrecht, graves denúncias de crimes e desvios de vultosos recursos públicos tem vindo à tona.



Nesta última semana, a Revista Veja tornou pública matéria em que executivos da Odebrecht relataram o pagamento de propina de R\$ 4 milhões no ano de 2014 para o então ministro da Secretaria Especial da Aviação Civil, Eliseu Padilha, em troca do favorecimento dos interesses da empreiteira no setor da aviação relacionadas aos aeroportos que estavam sob concessão da Odebrecht.

Entre as contrapartidas do esquema de corrupção estaria o veto à construção de um terceiro terminal na região metropolitana de São Paulo, ao adiamento do pagamento de multas e obrigações junto ao Governo Federal. “Ficou clara a existência de correlação entre a quantia em dinheiro almejada e o cargo de ministro de Estado ocupado pelas duas pessoas que, em momentos distintos, fizeram o mesmo pedido”, delatou o executivo Claudio Mello Filho, referindo-se também ao Moreira Franco atual ministro-chefe da Secretaria da Presidência da República, que fora substituído por Padilha na Secretaria de Aviação Civil.

Diz matéria da Veja que a correlação entre ambos era tamanha que, na planilha do departamento de propina da Odebrecht ambos recebiam quase o mesmo apelido: “Angorá” e “Gato Angorá”. A conexão entre o pagamento ilegal dos valores e as vantagens que a construtora angariou com a propina, conforme consta nos termos da delação vazados para a revista, fica evidente na circunstância em que a propina foi solicitada: durante uma reunião em ambiente institucional em que eram tratados temas relativos ao contrato de concessão do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro.

Em outro termo de delação do empresário Marcelo Odebrecht, também Padilha é acusado de ter recebido outros R\$ 4 milhões de reais em 2014, após um jantar no Palácio do Jaburu, em Brasília, em maio daquele ano, realizado entre ele, o então vice-presidente Michel Temer, Marcelo Odebrecht e um vice-presidente da construtora.

O empresário afirmou, na delação, que tratou com o ministro Eliseu Padilha duas vezes, uma antes e outra depois do jantar com Temer no Palácio do Jaburu, sobre um repasse de R\$ 10 milhões que seria feito em parte via



Caixa 2 para o PMDB. A parte de R\$ 4 milhões que fora paga em dinheiro vivo teria sido operacionalizada por Padilha, delatam os executivos.

Em sua delação, o ex-executivo da Odebrecht José de Carvalho Filho disse que Padilha lhe passou todos os endereços para o pagamento de R\$ 4 milhões. Um dos locais indicados por Padilha foi o escritório de José Yunes, amigo e ex-assessor de Michel Temer (PMDB). Esse pagamento teria sido realizado no dia 4 de setembro de 2014. "Todos os endereços, esses e os outros que eu não me lembro me foram dados pelo Eliseu Padilha", disse Carvalho Filho.

Conforme prossegue o executivo, Padilha teria fornecido os endereços repassados para a ex-secretária Maria Lúcia Tavares, que atuava no setor de propina da Odebrecht. Maria Lúcia, por sua vez, criava senhas que seriam entregues posteriormente por José de Carvalho a Padilha. As senhas (fogete, árvore, pinguim, morango) decifrariam, então, o local de entrega das parcelas, que variavam entre R\$500 mil e R\$ 1 milhão.

Para que o ministro ora convocado por esta Comissão exerça seu direito ao contraditório, esclarecendo os fatos ora descritos, e mantenha assim a legitimidade para manter-se no cargo que ocupa, faz-se necessária a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em 10 de abril de 2017.

Deputado Jorge Solla
PT/BA